



PRESIDENTE

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

1º SECRETÁRIO

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º SECRETÁRIO

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

3º SECRETÁRIO

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

4º SECRETÁRIO

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º SUPLENTE

Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES)

2º SUPLENTE

Senador Weverton (PDT-MA)

3º SUPLENTE

Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º SUPLENTE

Senadora Leila Barros (PSB-DF)

ILANA TROMBKA

Diretora-Geral

MARCIO TANCREDI

Diretor Executivo de Gestão

KARIN KÄSSMAYER

Coordenadora

Núcleo Coordenação de Ações Socioambientais - NCAS

DANIELLE ABUD

Assessoria Técnica

Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais – NCAS

FERNANDA CAMPELLO

Assessoria Técnica

Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais – NCAS

MARIO HERMES VIGGIANO

Chefe de Serviço do SPPE/COPERI/ILB/Senado Federal

ESTAGIÁRIAS

Patrícia Ferreira Paiva de Sousa

Juliana da Silva Richter Estéfano

EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

Angelhitto Paulino Rocha

Sheila Veras de Oliveira

CAPA

Cida Martins

Iniciativas sustentáveis para a administração pública, ISAP. --
Brasília: Senado Federal, Núcleo de Coordenação de Ações
Socioambientais, 2019.

44 p.

1. Logística, Brasil, coletânea. 2. Administração pública, racionalização, Brasil, manual. II. Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais.

CDD 658.5

LISTA DE SIGLAS

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

CD – Câmara dos Deputados

CJF – Conselho da Justiça Federal

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

MC – Ministério das Comunicações (atual MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações)

MF – Ministério da Fazenda (atual ME – Ministério da Economia)

MinC – Ministério da Cultura (atual Ministério da Cidadania)

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MME – Ministério de Minas e Energia

SF – Senado Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

STM – Superior Tribunal Militar

TCU – Tribunal de Contas da União

TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

TRE-DF – Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

TRF1 – Tribunal Regional Federal da 1ª Região

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

TST – Tribunal Superior do Trabalho

SUMÁRIO

Apresentação	9
Método.....	10
Eixo Temático 1 - Gestão de Água e Saneamento Ambiental	12
Eixo Temático 2 - Gestão de Energia.....	15
Eixo Temático 3 - Gestão de Resíduos	19
Eixo Temático 4 - Compras Públicas e Contratações Sustentáveis...	23
Eixo Temático 5 - Material de Consumo	27
Eixo Temático 6 - Deslocamento de Pessoal	32
Eixo Temático 7 - Arborização e Manutenção de Áreas Verdes.	35
Eixo Temático 8 - Tecnologia de Informação (T.I.) Verde	36
Eixo Temático 9 - Serviços de Impressão	38
Fontes de Consulta	41

Apresentação

Iniciativas Sustentáveis para a Administração Pública – ISAP é um catálogo com 355 ações de sustentabilidade instituídas nos Planos de Logística Sustentável de 18 órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, publicados no período de 2013 a 2018, compilado pelo Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais do Senado Federal.

A publicação das iniciativas é originária da descrição das ações de sustentabilidade inicialmente prevista no Portfólio de Ações do Curso Câmaras Verdes¹ e agora se apresenta de forma ampliada e atualizada.

A difusão de boas práticas e o incentivo à adoção de ações de sustentabilidade na Administração Pública são os objetivos almejados para o alcance de uma gestão baseada na eficiência dos gastos institucionais e dos processos administrativos e no uso racional dos recursos naturais.

As informações sistematizadas destinam-se como fonte de consulta e intercâmbio de iniciativas de gestão socioambiental realizadas por diferentes órgãos públicos que possam ser replicadas na medida de suas especificidades podendo ser reconhecidas como uma possibilidade de *benchmarking*.

O modelo adotado para o catálogo não é estático e permite, em futuras versões, ampliação, atualização e inserção de novas iniciativas. O seu formato possui característica de banco de dados que garante adaptação às mudanças, ou seja, outros eixos temáticos podem ser incorporados contribuindo para ampliar o escopo

1 Curso Câmaras Verdes: Curso na modalidade presencial oferecido pelo Interlegis que tem como objetivo compartilhar a experiência do Senado Federal na elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS) e motivar gestores públicos a adotarem este instrumento de gestão nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

das ações descritas. Esperamos que, de forma compartilhada, possamos integrar esforços para lidar com os desafios de uma gestão pública para a sustentabilidade.

Método

O método adotado para a realização deste trabalho é de natureza qualitativa, ou seja, os Planos de Logística Sustentável foram selecionados de forma aleatória e as ações escolhidas compõem amostra das iniciativas do Poder Público Federal no quinquênio de 2013 a 2018. De forma complementar, foram incluídas as ações do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT), cujas práticas destacam pioneirismo e resultados exitosos.

As ações selecionadas foram distribuídas em nove eixos temáticos: *gestão de água e saneamento ambiental, gestão de energia, gestão de resíduos, compras públicas e contratações sustentáveis, material de consumo, serviços de impressão, deslocamento de pessoal, arborização e manutenção de áreas verdes e TI Verde*. Vale observar que não foram considerados para este levantamento os resultados descritos nos relatórios de desempenho das metas publicados pelos órgãos.

Cada eixo temático foi associado à indicação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) correspondente ao tema, conforme Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ONU) que orienta interesse compartilhado e sustentável para o planeta.

Entre os 17 objetivos descritos pela ONU – foram destacados neste catálogo os ODS 6 -água limpa e saneamento; ODS 7 - energias renováveis; ODS 8 – trabalho digno e crescimento econômico; ODS 12 – consumo e produção responsáveis e ODS 15 – vida terrestre.

Além disso, houve a classificação de cada ação atentando-se à relação organizacional, considerando a seguinte tipologia: i) dispêndio de recursos, ii) práticas e processos; iii) estudos e *benchmarking* e iv) educação ambiental.

A classificação *dispêndio de recursos* refere-se às ações que demandam uso de recursos financeiros com o intuito de promover a eficiência do gasto público; *práticas e processos*, referem-se às iniciativas em que há constância - em termos de serem incorporadas à rotina da organização e se tornarem recorrentes e ininterruptas; *estudos e benchmarking* tratam de iniciativas que demandam estudos, adequações, trocas de informações com outros órgãos para o estabelecimento de padrões associados à sustentabilidade; e a classificação *educação ambiental* articula a potencialidade das ações individuais com impacto no campo coletivo, caracterizando a necessidade de sensibilização e envolvimento do corpo funcional para promoção da mudança dos valores da cultura organizacional.

As iniciativas, portanto, serão apresentadas por eixo temático, com indicação do órgão responsável e classificadas nas categorias aplicáveis. Cabe mencionar que, nos casos de semelhança do conteúdo de ações encontradas nos planos de logística sustentável, houve o seu agrupamento.



Desejamos que esta compilação de iniciativas fortaleça e impulse uma Administração Pública sustentável.

Karin Käsmayer
Coordenadora do NCAS

EIXO TEMÁTICO 1. GESTÃO DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL

Nº	AÇÕES	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO			
1	Redução do consumo de água	SF				
2	Individualização do consumo de água	SF	\$			
3	Segregação de redes de esgotamento	SF	\$			
4	Instalação de torneiras econômicas	SF	\$			
5	Instalar arejadores com restritor de vazão	CD	\$			
6	Instalação de bacias econômicas	SF	\$			
7	Trocar 460 vasos sanitários por caixas acopladas	CD	\$			
8	Promover a individualização dos hidrômetros por andar	MMA	\$			
9	Instalar hidrômetro por prumada do Anexo IV	CD	\$			
10	Instalar filtros industriais de água nas copas do Anexo IV	CD	\$			
11	Instalação de purificadores de água	SF	\$			
12	Adotar medidas para evitar o desperdício de água como a instalação de descargas e torneiras mais eficientes e com dispositivos economizadores	TSE	\$			
13	Controlar vazamentos	CJF				
14	Controle do nível dos reservatórios durante a limpeza, para evitar o desperdício	TJDFT				
15	Realizar <i>benchmarking</i> ² em outros órgãos para verificar possíveis práticas de racionalização de consumo de água	CNJ				
16	Implantação de um sistema de cadastramento das faturas para análise mensal do consumo a	MinC				

² *Benchmarking* – processo de comparação, troca de informações que favorecem melhorias e o aperfeiçoamento das práticas organizacionais.

	fim de elaborar relatórios mensais de acompanhamento					
17	Adotar a utilização de balde em vez da mangueira	MinC				
18	Aproveitamento de água da chuva	SF	\$			
19	Captação de água da chuva	STJ	\$			
20	Dar preferência a sistemas de reuso de água	TSE	\$			
21	Construir reservatório d'água, sob a calçada frontal ao edifício, para captar a água de condensação dos aparelhos de ar condicionado para ser utilizada pelo lavador de veículos (flanelinha).	MME	\$			
22	Aplicação de produtos biodegradáveis auxiliares à remoção de sujeiras sobre latarias, vidros e rodas sem necessitar de água para a remoção dos resíduos	MinC	\$			
23	Estudar viabilidade de sistema de fitodepuração para tratamento de águas residuais do bloco B	MMA				
24	Estudar a viabilidade econômica e sanitária para implantar sistema de reaproveitamento de águas cinzas ³ ou outros sistemas de redução do consumo de água	TCU				
25	Estudar a viabilidade de sistema de fitodepuração para tratamento de águas residuais	TCU				
26	Realizar estudo sobre a viabilidade econômica e ambiental da instalação de filtros industriais nas áreas comuns	CD				
27	Elaborar projeto paisagístico, escolhendo e utilizando vegetação que tenha a capacidade de sobreviver com pouca água	MME				
28	Criar rotinas para lavagem de grandes áreas e irrigação de jardins	TSE				
29	Utilizar mangueira com dosador para molhar os jardins, preferencialmente no início da manhã ou no fim da tarde, evitando regá-lo em horários	MME				

³ Água Cinza - efluente que não possui contribuição da bacia sanitária.

Fonte disponível em <<https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/conservacao-e-reuso-de-aguas-em-edificacoes-2005/>>.

	críticos: das 10h às 16h, pois há ineficiência com a evaporação				
30	Adotar medidas para não utilizar água nobre para fins não nobres (ex: lavagem de veículos, manutenção de jardins, lavagem de brises)	TSE			
31	Lavar os carros oficiais quinzenalmente	CD		 	
32	Forrar o solo do jardim externo com cascalho, serragem ou folhas	MME			
33	Verificação de procedimentos para irrigação de jardins e lavagem de fachadas	TRF1		 	
34	Substituição gradual das plantas dos jardins por outras espécies de baixa demanda hídrica	SF			
35	Instalar poço de água bruta	CD	\$		
36	Não utilizar água potável no Espelho d'água do Anexo I	CD		 	
37	Modernização das caixas coletoras	SF	\$		
38	Reforma de reservatórios de água potável	SF	\$		
39	Reformulação da rede de águas pluviais	SF	\$		
40	Monitorar diariamente o consumo de água	STM			
41	Monitoramento automatizado de medidores e de sistemas	SF			
42	Realizar levantamento e monitorar, periodicamente, a situação das instalações hidráulicas e propor alterações necessárias para redução do consumo	TSE		 	
43	Instalar monitoramento remoto de hidrômetros da CD	CD	\$		
44	Implantar programa de manutenção preventiva para evitar vazamentos	CNJ			
45	Realizar campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso das águas	TSE/TST			
46	Orientação de terceirizados de limpeza e copa	TRF1			

 EIXO TEMÁTICO 2. GESTÃO DE ENERGIA						
Nº	AÇÕES	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO			
1	Redução do consumo energético	SF				
2	Implementação de uma Central de Energia para acompanhamento remoto do consumo	TJDFT	\$			
3	Diagnóstico da rede elétrica	SF				
4	Revisar os contratos de energia elétrica visando otimizar a utilização do recurso	MinC				
5	Individualização de medidores por prédio em novas construções ou retrofit ⁴	SF	\$			
6	Instalar medidores de energia em locais específicos (restaurantes, bancos, ar condicionado, etc)	CD	\$			
7	Instalação de interruptores individuais nas dependências do TJDFT	TJDFT	\$			
8	Implementação final do Sistema de Iluminação Dimerizável	MME	\$			
9	Desligamento da iluminação dos estacionamentos públicos (externos)	STJ				
10	Adoção de etiquetagem de eficiência energética no grau máximo nos casos de novas construções e aumento do nível da etiquetagem existente nos casos de retrofits.	SF				
11	Exigência de etiqueta de eficiência energética nos equipamentos adquiridos ou disponibilizados por empresas contratadas pelo Senado Federal	SF				
12	Iniciar a implantação de exigências do selo PROCEL Edifica para certificação predial	TCU				
13	Dar preferência, quando da substituição, a aparelhos de ar condicionado e outros equipamentos eletroeletrônicos mais modernos	TSE				

⁴ Segundo o Conselho Brasileiro de Construção Sustentável o *Retrofit* tem como função customizar, adaptar, atualizar, requalificar, melhorando as condições de conforto e possibilidades de uso dos espaços trabalhados.

	e eficientes, respeitadas as normas técnicas vigentes					
14	Modernizar o sistema de ar-condicionado de todos os prédios do Complexo Principal	CD	\$			
15	Adequar a utilização de equipamentos de TI	CNJ				
16	Redução do horário de funcionamento do sistema central de ar condicionado	MC				
17	Reduzir o consumo energético por meio da implantação de um plano de utilização dos sistemas de ar condicionado, com predefinição do horário de funcionamento, considerando a sazonalidade do consumo	MME				
18	Redução de funcionamento do sistema de climatização	TRF1				
19	Redução da quantidade de lâmpadas	TRF1				
20	Revisão de acionamento de lâmpadas	TRF1	\$			
21	Instalação de sensores de presença	TRF1	\$			
22	Instalar sensores de presença em ambientes de escritório	CD	\$			
23	Implantação de iluminação LED	TRF1	\$			
24	Substituição progressiva dos sistemas de iluminação por sistemas de alta eficiência	SF	\$			
25	Efetuar análise de luminosidade e adequação da quantidade de lâmpadas por ambiente	STM				
26	Estudo de vantajosidade para substituição dos sistemas de iluminação	SF				
27	Estudo para implementação de fontes alternativas de energia em novas edificações ou retrofits	SF				
28	Estudo de viabilidade técnica para gerenciamento remoto de energia das estações de trabalho	SF				

29	Estudar viabilidade de utilização de energia solar fotovoltaica nas edificações	TCU				
30	Avaliar a possibilidade de Certificação de Edificações	STJ				
31	Analisar o impacto de consumo de energia após a instalação dos novos elevadores no Bloco "B"	CNJ				
32	Implantar sistemas de elevadores inteligentes	TCU	\$			
33	Modernização dos elevadores do edifício sede	MC	\$			
34	Otimização do uso dos elevadores	TRF1				
35	Monitorar continuamente as luzes e equipamentos elétricos ligados	CNJ				
36	Realizar <i>benchmarking</i> em outros órgãos para verificar possíveis práticas de racionalização de energia elétrica	CNJ				
37	Tratamento da envoltória das edificações, por meio da instalação de brises nas fachadas, para redução da insolação e, conseqüentemente, da carga térmica da edificação	TJDFT	\$			
38	Ligar o sistema de iluminação somente aonde não haja iluminação natural suficiente e caso seja necessário, ligar apenas no início do expediente	MinC				
39	Contratação de 2 empresas: a 1ª para elaboração do projeto, e a segunda para fornecimento e instalação dos equipamentos.	MME	\$			
40	Implantar sistema de aquecimento solar (painéis) na cobertura do edifício, para aquecimento da água de chuveiros e copas (feito do café)	MME	\$			
41	Instalar sistema de energia fotovoltaica em local a ser definido como projeto piloto	CD	\$			
42	Eliminar o pagamento de energia reativa ⁵ excedente e/ou demanda reativa excedente, com aquisição de mais banco de capacitores	MME	\$			

43	Instalar o controlador de demanda, que permite desarmar cargas quando a demanda se aproximar do limite contratado	MME	\$			
44	Configurar os computadores para ativar automaticamente o modo de suspensão	MF				
45	Substituir 3065 computadores antigos por computadores de maior eficiência energética	CD	\$			
46	Capacitação em eficiência energética	SF	\$			
47	Realizar campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso de energia elétrica	TST				
48	Desligar luzes e equipamentos ao se ausentar do ambiente	TSE				
49	Fechar as portas e janelas quando o ar condicionado estiver ligado para não diminuir sua eficiência	TSE				
50	Aproveitar as condições naturais do ambiente de trabalho - ventilação, iluminação natural.	TSE				
51	Promover campanhas de incentivo ao uso das escadas objetivando a redução do consumo de energia	TSE				
52	Realizar campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso da energia	TSE				
53	Campanha junto aos dirigentes p/ orientação de secretárias, recepcionistas, funcionários terceirizados para que não liguem o ar condicionado com sala vazia	MME				
54	Lançamento da campanha para uso racional do ar condicionado durante os meses quentes (primavera/verão)	MME				

Nº	AÇÕES	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO			
			\$			
1	Elaboração de diagnóstico para identificar as falhas no processo de gestão de resíduos e proposição de ações educativas	SF	\$			
2	Disposição de novas lixeiras operando em modelo ilha com quatro unidades (vermelha, cinza, marrom e azul)	SF	\$			
3	Destinação correta dos resíduos provenientes das atividades do Senado Federal	SF				
4	Realizar o levantamento da produção atual de resíduos líquidos gerados pela SEPIM e pela SEIMP	CD				
5	Inclusão nos novos contratos de prestação de serviços de terceirização a exigência de treinamento/capacitação sobre gestão de resíduos	SF				
6	Implementação de coletores de descartes especiais e promoção da destinação adequada dos resíduos	SF	\$			
7	Inclusão nos novos contratos dos restaurantes e lanchonetes de cláusulas de exigência para eliminação de materiais descartáveis ou uso de materiais descartáveis biodegradáveis	SF				
8	Elaboração do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos do Senado Federal (PGRS)	SF				
9	Padronizar os procedimentos para a gestão dos resíduos gerados na produção	CD				
10	Estabelecer novos processos de trabalho para o monitoramento da gestão de resíduos	CD				
11	Implantar o ECOPONTO para separação de resíduos	TST				
12	Instituir Comissão de Coleta Seletiva Solidária	TCU				

13	Realizar levantamento dos resíduos do CJF para identificar materiais recicláveis que estão sendo descartado	CJF				
14	Elaborar relatórios semestrais com informações dos tipos de resíduos coletados, volume e a destinação de cada um, visando subsidiar o controle e o aprimoramento da coleta seletiva	TCU				
15	Elaborar manual operacional de procedimentos para a gestão de resíduos	CD				
16	Implantar plano de monitoramento com parâmetros e tabelas de classificação do resíduo	CD				
17	Ampliar a gestão dos resíduos recicláveis	TJDFT				
18	Receber os materiais de consumo que estão em desuso nas unidades solicitantes (bom estado ou danificados)	CNJ				
19	Aprimorar o sistema de coleta seletiva vigente	TSE				
20	Reformar os <i>containers</i>	TST	\$			
21	Adquirir caixas e cestas para coleta seletiva	MF	\$			
22	Reduzir a quantidade de lixeiras individuais	MF				
23	Manter o plano de gestão de resíduos de saúde conforme previsto na RDC ANVISA 306/2004	TSE				
24	Recolhimento e descarte correto de resíduos gerados pelo serviço de saúde do STM	STM				
25	Mapear e analisar as etapas do manejo de resíduos gerados pelo Setor de Radiologia	CD				
26	Coleta e descartes de lâmpadas usadas	TRF1				
27	Incluir nos contratos de manutenção predial a descontaminação e descarte ecologicamente correto de lâmpadas	TSE				
28	Coleta e descarte de papel	TRF1				
29	Descartar de forma ecologicamente correta os documentos e processos judiciais de acordo com a	TSE				

	tabela de temporalidade e Recomendação CNJ 37/2011.					
30	Recolhimento e descarte de papel, papelão e similares	STM				
31	Elaborar proposta de nova logística de coleta seletiva	TCU				
32	Logística reversa de óleo	TRF1				
33	Recolhimento de óleo de cozinha para reciclagem	MC				
34	Logística reversa de baterias	TRF1				
35	Disponibilizar para servidores, colaboradores e visitantes coletor papa-pilha para o recolhimento de pilhas e baterias de uso doméstico	CD				
36	Exigir do usuário interno a devolução das pilhas e baterias usadas para a liberação de novas pilhas e baterias, ressaltados os casos de equipamentos novos	CD				
37	Logística reversa de pneu	TRF1				
38	Logística reversa de peças de veículos em geral	TRF1				
39	Recolhimento e descarte correto de suprimentos de impressão (<i>tonner</i> e cartuchos)	STM				
40	Recolhimento e descarte de plástico	STM				
41	Articular a implantação das Centrais de resíduos nos fóruns, com balança para mensuração	TJDFT	\$			
42	Articular o compartilhamento da gestão dos resíduos da construção civil com as empresas contratadas	TJDFT				
43	Elaborar estudo para a revitalização do pátio de resíduos	CD				
44	Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo diretivo por meio do painel digital de sustentabilidade	CD				

45	Monitorar o contrato atual de coleta dos resíduos líquidos perigosos com foco na redução da geração dos resíduos	CD				
46	Treinar equipe responsável pela execução do monitoramento qualitativo	CD				
47	Capacitar equipe de visitas para sensibilizar servidores e colaboradores nos ambientes de trabalho	CD				
48	Criar plano de comunicação sobre gestão de resíduos para sensibilização de servidores e colaboradores	CD				
49	Realizar campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao descarte correto de resíduos	TSE				
50	Incentivar ações de reutilização de materiais	TSE				
51	Realizar encontros de capacitação e conscientização em gestão e produção sustentável de resíduos perigosos	CD				
52	Definir calendário de sensibilização de colaboradores	CD				
53	Definir calendário de sensibilização dos terceirizados	CD				

**EIXO TEMÁTICO 4. COMPRAS PÚBLICAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

Nº	AÇÕES	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO			
1	Elaborar manual de compras sustentáveis	SF				
2	Logística reversa nas contratações e aquisições	SF				
3	Estimular contratações sustentáveis, ou seja, com a inserção de critérios de sustentabilidade na especificação do objeto	TREDF				
4	Realizar análise de consumo antes da contratação para avaliação da real necessidade de aquisição	TREDF				
5	Revisar, na época oportuna, todos os contratos de aquisições e serviços da JMU, buscando introduzir critérios de sustentabilidade e reduzir custos	STM				
6	Revisar o contrato de limpeza e conservação, a fim de estabelecer a utilização de produtos de limpeza ecológicos	STM				
7	Revisar os contratos para verificar adequação e preenchimento de postos	MMA				
8	Revisão do contrato de manutenção predial visando melhor adequação técnica aos seus objetivos	MC				
9	Reduzir o desperdício de materiais na manutenção predial e nas obras	TCU				
10	Aquisição e instalação de nova central telefônica	MC	\$			
11	Implantação de software de gerenciamento de ligações telefônicas	MC	\$			
12	Estudar viabilidade de utilizar serviço de comunicação via internet (VOIP - <i>voice over IP</i>) diretamente pelo computador (como Skype ou Google Talk) e/ou pelo telefone em parceria com a Setic (Secretaria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação)	TCU				
13	Intensificar, com o auxílio de campanhas, a utilização do correio eletrônico com os tribunais que não dispõem de tecnologia VoIP	TSE				

14	Implantação de tecnologia VoIP (Voice over Internet Protocol) – substituição de linhas analógicas por rede de dados e voz (ramais)	TRE	\$			
15	Realizar 5% de compras compartilhadas com outros órgãos públicos	TCU				
16	Estimular a adoção de formas alternativas de comunicação (<i>Whatsapp, Jobber</i>) por meio de campanhas com o envio de e-mails frequentes para os usuários	TSE				
17	Revisar norma interna para telefonia fixa e móvel visando redução de gastos	TCU/MMA				
18	Revisar as especificações dos contratos de telefonia	CNJ				
19	Rever a instrução normativa que trata da política de senhas telefônicas.	TSE				
20	Revisar limites na cota do uso de telefonia móvel	CNJ				
21	Estudar alternativas de contratação de pacotes econômicos de serviços de telefonia móveis	MMA				
22	Revisar ramais da telefonia fixa liberados para realizar ligações para celular e de longa distância	TCU				
23	Verificação de novas versões da Central Telefônica, bem como agregar facilidades à Central Telefônica para melhoria do conjunto da automação do sistema de telefonia	MME				
24	Realizar advertências e restrições de uso para as ligações de longa duração	TCU/MMA				
25	Instrumento de regulamentação quanto ao uso de telefonia em relação ao limite de custeio, à distribuição de aparelhos e ao uso particular	MME				
26	Manter o consumo até que novas ações que impliquem em redução possam ser implementadas	STJ				
27	Estimular o uso de meios alternativos de comunicação	CNJ				
28	Fazer levantamento da necessidade de ligações DDD, DDI, móvel nas unidades	CNJ				
29	Reduzir o número de aparelhos celulares	CNJ				

30	Revisar ramais da telefonia fixa liberados para realizar ligações para celular e de longa distância;	MMA				
31	Concluir a instalação de salas para videoconferências	MMA				
32	Sugerir a inclusão, nos contratos de limpeza, de responsabilização da empresa contratada em capacitar e sensibilizar periodicamente as equipes e utilizar materiais que observem critérios de sustentabilidade.	TSE				
33	Incluir nos contratos de serviços de limpeza a adoção de procedimentos que promovam o uso racional dos recursos e utilização de produtos reciclados, reutilizados e biodegradáveis;	MME				
34	Revisar contratos de prestação de serviços de limpeza	CNJ				
35	Substituir substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade e racionalização do uso de produtos potencialmente poluentes	MME	\$			
36	Os produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos utilizados pela contratada deverão obedecer às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.	MinC				
37	Incluir nos Termos de Referência item prevendo cursos de capacitação, a serem promovidos pela contratada, para treinar e habilitar os prestadores de serviço quanto ao tema Sustentabilidade	MME				
38	Adequar os procedimentos de limpeza à questão da sustentabilidade	CNJ				
39	Realizar, sempre que possível, compras compartilhadas (SRP) com outros órgãos da Administração Pública, com vistas à diminuição dos custos	MME				
40	Realizar, semestralmente, pesquisa de satisfação dos servidores e colaboradores com o serviço de apoio administrativo	MMA				
41	Incrementar as ações de coordenação com o Senado Federal visando às compras conjuntas	CD				
42	Avaliar possibilidade de contratar prestadores de serviços em parceria com o Ministério Turismo (mesmo edifício)	MME				

43	Criar plano de comunicação para divulgação do Almoarifado Sustentável	CD			
44	Elaborar Plano de Comunicação para o manual de compras	CD			
45	Elaborar e distribuir manual de compras públicas para as empresas e cooperativas	CD			
46	Elaborar e distribuir um apanhado didático de orientações sobre possibilidades de participação de empresas e cooperativas localizadas em regiões com déficit de desenvolvimento no processo de compras públicas, como fornecedores pontuais ou habituais	CD			
47	Divulgar os resultados de reutilização de materiais de almoarifado para o corpo diretivo e funcional	CD			
48	Capacitação em compras e contratações sustentáveis	SF			

EIXO TEMÁTICO 5. MATERIAL DE CONSUMO

Nº	AÇÕES	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO			
1	Especificar e adquirir itens com critérios de sustentabilidade, de acordo com disponibilidade no mercado, e observando a tabela 1 das diretrizes PLS-TCU	TCU				
2	Inserção de critérios de sustentabilidade na aquisição de papel	SF				
3	Reduzir em 50% a aquisição de materiais permanentes que não atendam aos critérios de sustentabilidade	TCU				
4	Adquirir os itens de material de consumo sustentáveis que constam no apêndice 1	TCU	\$			
5	Implantar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI)	STM				
6	Adotar envelopes vai e vem	MF				
7	Aperfeiçoamento das ferramentas de gerenciamento de consumo das unidades – Sicam (Sistema informatizado de Controle Patrimonial)	TRF1				
8	Avaliação da possibilidade de redução dos itens do Almoxarifado (estoques mínimos)	TRF1				
9	Desfazer-se de materiais que não possam ser reaproveitados no órgão	TCU				
10	Devolução de material não consumido ao almoxarifado para reaproveitamento e destinação social	TRF1				
11	Identificar e distribuir materiais ociosos para reaproveitamento nos setores que deles necessitem	TCU				
12	Aperfeiçoar o controle e a utilização do Sistema de Material com o envolvimento dos gestores das unidades do CJF	CJF				
13	Substituição parcial do papel branco por papel reciclado	SF				

14	Avaliação da sistemática de distribuição de papel	TRF1				
15	Redução do fornecimento de papel	TRF1				
16	Avaliação da viabilidade de utilização de papel-toalha em rolo	TRF1				
17	Reaproveitar as folhas impressas de um lado para nova impressão ou confecção de blocos de rascunho	TSE				
18	Realizar campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso do papel	TSE				
19	Implantar novos procedimentos para fornecimento de papel	CNJ				
20	Revisar os procedimentos de reprografia	TJDFT				
21	Estabelecer padrão frente e verso para reprografia	TJDFT				
22	Estabelecer limites de resmas por unidade	CJF				
23	Adequar os sistemas para recebimento eletrônico	TJDFT				
24	Dar preferência ao uso de mensagens eletrônicas (e-mail) na comunicação evitando o uso de papel	TSE				
25	Implantar envio automático de e-mail ao gestor para solicitações de material realizadas (valor do pedido, comparação entre meses, etc)	TJDFT				
26	Substituir tramitação de Processos Administrativos em meio físico para o meio eletrônico utilizando o SIPADWEB (Sistema de Procedimentos e Documentos Administrativos)	TJDFT				
27	Implementar o envio da frequência por meio eletrônico	TJDFT				
28	Substituir os papéis dos banheiros para secagem das mãos por secadores de ar elétricos	MF				
29	Implantar o sistema de processo eletrônico eDoc	CD				
30	Capacitar os servidores no uso do eDoc	CD				

31	Mapear os locais com maior consumo de copos descartáveis de água e café	CNJ				
32	Retirar os copos descartáveis das salas que possuem purificador de água	CNJ				
33	Distribuir copos de vidro ou material durável	STM				
34	Substituição dos copos descartáveis de plástico por copos biodegradáveis	SF	\$			
35	Redução na aquisição de copos descartáveis	SF				
36	Redução na disponibilização de copos descartáveis	SF				
37	Regulamentação de cotas de consumo de copos descartáveis	SF				
38	Instalação de bebedouros de pressão nas áreas de circulação/visitação/salas de comissões do senado federal	SF	\$			
39	Elaborar estudo para solução alternativa ao uso de copos plásticos	CD				
40	Reduzir o fornecimento de garrafas de água de 1,5L, substituindo-as por galões de água de 20L onde não for possível a instalação de filtros.	CD				
41	Utilizar xícaras em reuniões administrativas	CD				
42	Utilizar copos de vidro em reuniões administrativas	CD				
43	Redefinir o procedimento de envio de copos plásticos para as copas	TJDFT				
44	Incentivar o uso do copo retornável com campanhas de sensibilização e consumo consciente	TSE				
45	Especificar e adquirir copos produzidos com materiais que propiciem a reutilização	TCU	\$			
46	Buscar patrocínio para a aquisição de copos personalizados para todos os servidores	CJF				

47	Controlar e restringir a distribuição de água envasada	STM				
48	Extinção do fornecimento de água mineral com gás (garrafas de 500ml)	TJDFT				
49	Reduzir em 75%, até dezembro de 2020, a disponibilização de garrafas de água, o que irá incentivar a utilização de filtros	TCU				
50	Extinguir o fornecimento de água mineral sem gás (garrafas de 500ml)	TJDFT				
51	Realizar mapeamento de consumo das garrafas de água com gás e sem gás	CNJ				
52	Os equipamentos como bebedouros e sistemas de filtragem devem ser higienizados periodicamente de acordo com os normativos legais ou instruções do fabricante	TSE				
53	Sensibilizar os servidores para o consumo consciente de garrafas de água com gás e sem gás	CNJ				
54	Promover a troca de bebedouros com garrafões por filtros de parede	CNJ	\$			
55	Realizar planejamento anual, especificando os itens sustentáveis similares a serem adquiridos	TCU				
56	Destinação de bens móveis inservíveis para reaproveitamento	MC				
57	Reutilizar bens e equipamentos ociosos disponíveis em depósitos	TCU				
58	Identificar os materiais permanentes ociosos, e realizar a redistribuição e/ou doação deles	TCU				
59	Adequar o Sistema de Patrimônio às novas regras tributárias e fiscais que inclua, por exemplo, a depreciação	TCU				
60	Seguir as diretrizes vigentes que tratam da Tecnologia da Informação - TI Verde	TCU				
61	Promover a divulgação e a obrigatoriedade da utilização do Malote Digital	CJF				

62	Realizar campanha para utilização da água dos filtros	CD				
63	Incentivar a utilização pelo corpo profissional de seu próprio recipiente de água	CJF				
64	Desenvolver campanha sobre o plástico e seus malefícios	CJF				
65	Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional	TSE				

N°	AÇÕES	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO		
1	Reduzir a frota de veículos oficiais	CD			
2	Exigência de etiqueta de eficiência energética nos veículos locados ou adquiridos pelo Senado Federal	SF			
3	Construção de vestiários adequados para ciclistas	SF	\$		
4	Criação de bolsão de vagas preferenciais para carros cuja ocupação seja igual ou superior a três pessoas	SF			
5	Realização de audiências públicas de comissões permanentes com o auxílio de sistema de vídeo conferência	SF			
6	Atualizar a legislação que dispõe sobre as atividades de transporte e utilização dos veículos oficiais pertencentes ao Tribunal de Contas da União (Portaria TCU n° 266/97 ou norma vigente)	TCU			
7	Viabilizar, em parceria com a STI e Seadmin, ferramenta online interativa para carona solidária entre servidores e colaboradores do TCU, com possibilidade de ampliação para servidores de outros órgãos	TCU			
8	Elaborar análise de viabilidade econômica da solução de serviço corporativo de táxi por meio de aplicativo que possibilite a chamada do transporte, avaliação do serviço e gestão via web	TCU			
9	Elaborar indicadores de desempenho para o serviço de transportes	TCU			
10	Implantar e manter sistemática de lavagem veicular ecológica para os veículos do TCU, sendo disponibilizado para uso dos servidores e colaboradores	TCU			
11	Facilitar o embarque em veículos para pessoas com deficiência	TCU			
12	Consolidar banco de dados com informações técnicas relativas à frota	MinC			

13	Incentivar a prática de carona solidária	MinC				
14	Incentivar o uso de bicicletas para o deslocamento de servidores entre o local de trabalho e a residência (Responsabilidade conjunta a Secom, Selip, Senge e Sesap)	TCU				
15	Incentivar a utilização do transporte não motorizado	MinC				
16	Implementar sistema de vídeo conferência como forma de reduzir as viagens interestaduais	MinC				
17	Implementar sistema de controle de logística do transporte de pessoal para otimizar o uso de transporte institucional	MMA				
18	Realizar estudo de viabilidade para contratação de serviços de entrega de documentos utilizando motocicletas ou bicicletas	MMA				
19	Realizar estudo de viabilidade para uso de carro elétrico	MMA				
20	Criar um projeto-piloto com o Ministério da Justiça de responsabilidade socioambiental para inserção de jovens carentes e/ou jovens infratores nos serviços de entregas de documentos	MMA				
21	Criar uma ferramenta online interativa para carona solidária entre servidores e colaboradores do MMA, podendo ampliar a servidores de outros Ministérios	MMA				
22	Controlar diariamente as requisições de transporte de maneira a coibir abusos e desvios	MME				
23	Reavaliar a gestão das agendas de transporte coletivo e funcional do MME e MTUR destinados a atividades/serviços e eventos externos para fins de adequação e melhor disponibilização aos servidores, preferencialmente, utilizando combustível menos poluente	MME				
24	Manter controle e monitoramento informatizado de saída de veículos	CD	\$			

25	Enviar o consumo de combustível para as Unidades Administrativas usuárias dos serviços da CTRANº	CD				
26	Implantar o Taxileg	CD	\$			
27	Adquirir o Sistema GAX (sistema de controle de frota)	CD	\$			
28	Monitorar os dados de gastos e informá-los ao corpo diretivo por meio do painel digital de sustentabilidade	CD				
29	Mudar o modelo de contratação de veículos para o atendimento de pessoas com necessidades especiais	CD				



EIXO TEMÁTICO 7. ARBORIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES

Nº	AÇÕES	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO		
1	Aumento da produção de vegetação paisagística	SF			
2	Elaboração do Projeto Paisagístico do Senado Federal	SF			
3	Aumento da produção local de adubos orgânicos	SF			
4	Utilização dos resíduos vegetais na jardinagem do Senado Federal	SF			
5	Estabelecimento de mecanismos de gestão de podas, erradicação e plantio de árvores	SF			
6	Estabelecimento de mecanismos de controle da irrigação do jardim	SF			
7	Eliminação do uso de agrotóxicos na manutenção de áreas verdes e no viveiro	SF			
8	Redução do uso de adubos químicos na adubação de áreas verdes e no viveiro	SF			
9	Mitigação de emissões de carbono por meio do plantio vegetal	SF			
10	Adequação das áreas verdes para redução da demanda hídrica	SF			
11	Redefinir a rotina de irrigação para atender apenas as áreas de jardins que necessitam de irrigação constante	TCU			
12	Implantar poço artesiano	TCU	\$		
13	Executar irrigação simplificada com uso de aspersores	TCU			
14	Manter o processo de produção de composto orgânico de forma que atenda às demandas da SEGAV	CD			
15	Mensurar as quantidades de resíduos utilizados na montagem das pilhas; de produto final; de saída para as áreas verdes	CD			

EIXO TEMÁTICO 8. TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO (T.I.) VERDE					
Nº	AÇÕES	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO		
1	Aquisição de equipamentos em conformidade com os padrões tecnológicos sustentáveis	SF	\$		
2	Especificação de novo datacenter remoto em conformidade com padrões sustentáveis	SF			
3	Configurar todos os computadores para impressão frente e verso, e em modo rascunho	TCU			
4	Adquirir computadores com tamanho reduzido de gabinete e menos consumo de energia	TCU	\$		
5	Instalar software de gestão inteligente do sistema operacional das estações com o intuito de reduzir o consumo de energia	MMA	\$		
6	Inserir Análise de Impacto Ambiental da solução no processo de análise de viabilidade das contratações de TI	MMA			
7	Isolar o ambiente do Datacenter em sala-cofre para garantir o melhor desempenho dos equipamentos	MMA	\$		
8	Elaborar PDTI/MME com inserção de diretrizes e critérios que apontem para as políticas de sustentabilidade do órgão	MME			
9	Avaliar, previamente à aquisição de uma solução de TI, a existência de soluções similares em outros órgãos da Administração Pública Federal	ANVISA			
10	Avaliar, previamente à aquisição de uma solução de TI, a existência de softwares livres que possam atender à demanda	ANVISA			
11	Exigir, nas contratações de novas soluções de TI, o atendimento às orientações definidas pelos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – e-Ping – e do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – e-Mag	ANVISA			
12	Incluir frases que induzam a práticas sustentáveis e/ou consumo consciente na assinatura digital dos servidores, como "Antes de imprimir, pense em	TCU			

sua responsabilidade e compromisso com o Meio Ambiente", "Pratique transporte solidário, ofereça carona ao seu colega de trabalho" e " Pense bem antes de imprimir", entre outras, considerando a possibilidade de inserção de frases não imperativas

EIXO TEMÁTICO 9. SERVIÇOS DE IMPRESSÃO

N°	AÇÕES	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO		
					
1	Implantação de ferramenta de atesto de impressão	SF			
2	Regulamentação e implementação da cobrança de impressão particular	SF			
3	Monitoramento e otimização das impressoras em outsourcing	SF			
4	Redução da quantidade de impressões	SF			
5	Aumento do percentual de impressões frente e verso	SF			
6	Redução do percentual de impressões coloridas	SF			
7	Aperfeiçoamento do sistema *SICAM para eliminação de impressão	TRF1			
8	Adequação na configuração padrão das impressoras/copiadoras, objetivando o uso racional dos equipamentos	TRF1			
9	Evitar impressão de documentos	TSE			
10	Fazer a revisão dos documentos antes de imprimilos	TSE			
11	Sempre que possível, imprimir em fonte econômica (eco fonte) e frente e verso.	TSE			
12	Promover o desenvolvimento de sistemas informatizados de documentos em substituição aos documentos impressos	TSE			
13	Interagir de forma eficiente com os sistemas eletrônicos de processos administrativos e/ou judiciais com o objetivo de evitar a impressão	TSE			
14	Digitalizar documentos impressos	TSE			
15	Promover o uso de ferramentas virtuais na gestão administrativa para melhor controle, gerenciamento e atendimento de demandas	TSE			

16	Otimizar o acompanhamento da aquisição de suprimento de impressão (toner, cartuchos, outros) por unidade	CNJ			
17	Adequar o parque de impressão (ilhas de impressão)	CNJ			
18	Definir critério de obsolescência	CNJ			
19	Adotar medidas para economia de impressão	CNJ			
20	Incentivar publicações eletrônicas: na pesquisa eletrônica de documentos para atendimento ao magistrado, priorizar arquivo eletrônico, evitando dentro do possível a utilização do malote. Confecção de convites, cartões, periódicos virtuais.	CJF			
21	Informatizar a guia de utilização de veículos no SIGA-DOC	CJF			
22	Avaliar a aquisição de licenças Adobe profissional para todo o CJF, permitindo leitura de arquivos e documentos em tela	CJF			
23	Criar perfis de usuários no outlook com possibilidade de receber e-mails acima do limite determinado pela TI, de acordo com a necessidade de cada Secretaria	CJF			
24	Comprometer a alta administração com a necessidade de reduzir impressões, capacitando servidores e magistrados por meio de campanhas educativas	CJF			
25	Tomar as providências pertinentes para que todos os relatórios, termos de movimentação, termo de entrega de material, etc., do Sistema ASI, sejam encaminhados aos interessados via sistema de gestão administrativa	CJF			
26	Instalar impressoras nos corredores para uso compartilhado, com controle por meio do uso do crachá funcional	CJF			
27	Realizar campanha de conscientização para recebimento de todos os documentos em formato eletrônico, em PDF, para inclusão diretamente no sistema de gestão administrativa	CJF			

28	Realizar campanhas educativas junto aos usuários do CJF	CJF				
29	Estabelecer cotas máximas de impressão	CJF				
30	Promover a orientação para acesso do sistema de gestão administrativa pelas empresas contratadas	CJF				
31	Remanejar equipamentos subutilizados. Alteração da Portaria Conjunta 37/2013 que permita o recolhimento de equipamentos subutilizados	TJDFT				
32	Unificação dos contratos de serviços de impressão	MC				
33	Adoção de ilhas de impressão	MinC				

Fontes de Consulta

Agencia Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA	http://portal.anvisa.gov.br/documents/219201/0/Plano+de+Log%C3%ADstica+Sustent%C3%A1vel/bfcb9cd5-586d-4674-9fe9-28d88650491b
Câmara dos Deputados – CD	http://www2.camara.leg.br/legin/int/portar/2018/portaria-53-15-marco-2018-786382-anexo-cd-dg.pdf
Conselho da Justiça Federal – CJF	https://www.cjf.jus.br/cjf/transparencia-publica-1/gestao-socioambiental-1/atos-normativos-1/anexo-portaria-ndeg-cjf-por-2017-00116-de-28-de-abril-de-2017/view/++widget++form.widgets.arquivo/@@download/Plano+de+Logistica+Sustent%C3%A1vel+CJF+aprovado.pdf
Conselho Nacional de Justiça – CNJ	http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/06/46b1ce9d9857eb583df9e11d09de3068.pdf
Ministério da Cultura – MinC	http://www.cultura.gov.br/documents/10883/959261/Plano+de+Log%C3%ADstica+Sustent%C3%A1vel+do+Minist%C3%A9rio+da+Cultura_.pdf/3785c89b-9bfd-4070-a9e0-a1846d6ad7c4
Ministério da Fazenda – MF	http://www.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel-pls/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel.pdf
Ministério das Comunicações – MC	http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/assets/conteudo/uploads/ministerio-das-comunicacoes.pdf

Ministério do Meio Ambiente – MMA	http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/PLS/PLS%20MMA%20-%20Versao%20Final%2021-05-13.pdf
Ministério de Minas e Energia – MME	http://www.mme.gov.br/documentos/10584/1154501/PLS_DO_MME_-PDF.pdf/1b-891945-3c9d-4b6c-9e19-f15c7b9d33a1
Senado Federal – SF	https://www12.senado.leg.br/transparencia/gestgov/planejamento-estrategico-1/PDF/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel-do-senado-federal/
Superior Tribunal de Justiça – STJ	http://www.stj.jus.br/static_files/STJ/Transpar%C3%Aancia/Anexo_Plano_logistica_sustentavel.pdf
Superior Tribunal Militar – STM	https://www.stm.jus.br/images/arquivos/AGEST/nucleo_socioambiental/ato_normativo_158_de_2015_PLS_%20Anexo.pdf
Tribunal de Contas da União – TCU	https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/file-Download.jsp?fileId=8A8182A15CB2BBE1015C-C207F3483483
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF	https://www.tjdft.jus.br/transparencia/relatorios-de-desempenho-das-metas/plano-de-logistica-sustentavel/at_download/file
Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal – TRE-DF	http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-df-plano-de-logistica-sustentavel-1484768332756
Tribunal Regional Federal da 1ª Região – TRF1	https://www.cjf.jus.br/observatorio2/temas/sustentabilidade/sustentabilidade/planos-de-logistica-sustentavel-da-justica-federal/1a-regiao/trf1/at_download/file
Tribunal Superior Eleitoral – TSE	http://www.tse.jus.br/arquivos/anexo-da-resolucao-tse-23-505-2016-plano-de-logistica-sustentavel
Tribunal Superior do Trabalho – TST	https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/75593/2015_plano_logist_sustentavel_tst_csjt.pdf?sequence=1&isAllowed=y



Secretaria de Editoração
e Publicações

